

ORGANIZATION OF
AFRICAN UNITY

ORGANIZAÇÃO DA
UNIDADE AFRICANA



ORGANISATION DE
L'UNITE AFRICAINE

منظمة الوحدة الافريقية

Addis Ababa - Ethiopia - Box 3243 Tel. 517700 Telex 21046 Fax (2511) 513036

**CONSELHO DE MINISTROS
SEXAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA
6 - 11 DE JUNHO DE 1994**

**CM/1831 (LX)
ORIGINAL: FRANCÊS**

TUNES - TUNÍSIA

**RELATÓRIO DO SECRETÁRIO-GERAL
SOBRE A SITUAÇÃO NO BURUNDI**



RELATÓRIO DO SECRETÁRIO-GERAL
SOBRE A SITUAÇÃO NO BURUNDI

Evolução da situação na sequência da assinatura do Acordo de Kigobé

1. De recordar que, com vista a resolver a grave crise em que o Burundi tinha sido mergulhado, desde a tentativa sangrenta de golpe de Estado, do mês de Outubro, o governo e os partidos políticos, tinham iniciado consultas em 12 e 13 de Janeiro de 1994, na presença de representantes da sociedade civil, das Nações Unidas e da OUA. Essas consultas conduziram então, à conclusão em 19 de Janeiro de 1994, do Acordo dito de Kigobé, que abrangia uma série de questões importantes e necessárias à restauração de um clima de paz e de confiança no Burundi. Ao acordarem particularmente sobre um certo número de questões de ordem político-institucional e de segurança, nomeadamente, a eleição do Presidente da República, a designação de um Primeiro Ministro, e a formação de um governo, a criação de um quadro de concertação, a segurança de todos os cidadãos, as partes, tinham aberto a via do retorno à reconciliação nacional e à paz.

2. A 3 e 4 de Fevereiro de 1994, tiveram lugar novas consultas com vista a consolidar estas importantes conquistas, as quais permitiram a investidura nas suas funções, em 5 de Fevereiro de 1994, do Presidente Ciprien NTARYAMIRA, eleito a 13 de Janeiro de 1994, pela Assembleia Nacional; a nomeação, a 7 de Fevereiro de 1994, de um Primeiro Ministro, vindo das fileiras da oposição, e a formação, a 9 de Fevereiro de 1994, de um governo dito de abertura, que foi remodelado em 11 de Fevereiro de 1994, para responder a algumas preocupações da oposição. Iniciou-se seguidamente, um movimento de normalização, que se traduziu no terreno, pela retomada do funcionamento normal das instituições da República, o reinício das actividades económicas, a abertura dos estabelecimentos escolares, o começo do movimento de regresso dos refugiados e deslocados, os contactos dos responsáveis políticos no terreno, com vista a restauração de um clima de paz. Foi assim dado um importante passo, no difícil e delicado processo de restabelecimento da paz e da confiança, no Burundi.

3. Esta evolução positiva, foi perturbada por uma série de infelizes acontecimentos, que fizeram ressurgir, o espectro da guerra civil no Burundi. Com efeito, após um breve período de relativa acalmia, uma vaga de violência, abateu-se sobre o país, principalmente na Comuna de Bujumbura, em que alguns bairros periféricos se tornaram desde há alguns meses, teatro de confrontos violentos e particularmente mortíferos entre uma parte da população civil, fortemente armada e as forças da ordem que tentam desarmá-la.



4. Durante a sua segunda Sessão Ordinária Ministerial, que se realizou em Adis Abeba, em 24 de Março de 1994, o Órgão Central do Mecanismo da OUA para a Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos, manifestou a sua profunda preocupação face à deterioração da situação no Burundi, nomeadamente, na sequência de relatos que davam conta de uma escalada de violência, incluindo massacres em grande escala. O Órgão Central pediu ao Secretário-Geral, que continuasse a acompanhar a situação nesse país, e que entrasse em contacto com o governo burundês, para verificar o estado da situação política no Burundi. Pediu-lhe também que mantivesse contactos com os países fornecedores do pessoal militar da MIOB. Os países doadores e todas as partes envolvidas.

5. A morte trágica, em 6 de Abril de 1994, do Presidente Cyprien NTARYAMIRA num acidente de aviação, quando regressava de uma missão de paz em Dar-es-Salaam, aconteceu no momento em que o Burundi tentava enfrentar o novo desafio que lhe era imposto pela escalada da violência no país. De facto, foi, nomeadamente, a fim de procurar as vias e meios de ajudar o Burundi, a resolver os problemas políticos e de segurança, que foi convocada a Cimeira de Dar-es-Salaam, que reuniu junto do Presidente Ali Hassan Mwinyi da Tanzânia, os Chefes de Estado do Rwanda, Uganda e Burundi, assim como o Vice-Presidente do Quênia e o Secretário-Geral da OUA. A Cimeira Regional de Dar-es-Salaam, após ter analisado a situação que prevalecia no Burundi:

- (a) reafirmou o seu apoio ao governo de consenso nacional então em exercício, e pediu a todas as forças políticas e de segurança, que cooperassem plenamente com esse governo;
- (b) reafirmou o papel da OUA, incluindo o envio da componente militar, a fim de ajudar no restabelecimento da confiança e no bom funcionamento das instituições do Estado; encorajou a OUA a prosseguir nessa função e convidou-a a analisar os meios de reforçar a sua missão, a fim de poder cumprir a sua tarefa;
- (c) pediu que seja urgentemente elaborado, um programa de reforma do exército e dos demais serviços de segurança;
- (d) exigiu o apoio total e a plena cooperação das forças políticas e das forças de segurança, para garantir o bom funcionamento das instituições do Estado e lançou um aviso contra qualquer obstrução, de que só poderiam resultar graves consequências.

6. *Na mensagem que enviou a 7 de Abril de 1994, ao Presidente da Assembleia Nacional do Burundi, o Secretário-Geral da OUA, exprimiu a sua profunda emoção e tristeza depois do trágico desaparecimento do Presidente NTARYAMIRA, e lançou um apelo ao povo e o governo burundês, para continuarem na via da paz e da reconciliação nacional, traçada pelo ilustre desaparecido, a fim de que os sacrifícios por ele consentidos e os esforços por ele envidados, não fossem vãos, e que a causa da paz e da reconciliação nacional, bem como o espírito de diálogo e de moderação, triunfem no Burundi.*

7. *Este apelo continua a ser de uma quente actualidade, no momento em que aparecem novos escolhos na via do restabelecimento da confiança e da paz e da reconciliação nacional.*

Evolução actual da situação e perspectivas

(a) no plano político:

8. *Numerosos esforços são envidados pelos diferentes protagonistas, com a assistência da Comunidade Internacional, para a resolução da crise. As últimas iniciativas a este respeito, terminaram pela formulação, em 6 de Abril de 1994, de uma série de acordos sobre as missões prioritárias no novo governo e as modalidades práticas de sua realização. Trata-se nomeadamente de:*

- .- restauração da paz e retomada do trabalho pela população;*
- .- segurança para todos os cidadãos e, especialmente, para todas as minorias;*
- .- reconstrução e relançamento da economia nacional;*
- .- organização rápida e facilitação do regresso dos refugiados;*
- .- solução das questões específicas dos deslocados;*
- .- inquéritos nacionais e internacionais, relativos aos acontecimentos do mês de Outubro de 1993;*
- .- realização de reformas constitucionais, destinadas a assegurar a cohabitação harmoniosa das minorias.*



9. *Contudo, a situação continua a ser extremamente precária, particularmente após a morte do Presidente NTARYAMIRA, cuja sucessão, coloca importantes problemas. Prova disso, é a sentença pronunciada em 18 de Abril de 1994, pelo Tribunal Constitucional, que declarou inconstitucional a emenda do Artigo 85 da Constituição, que permitiu a eleição pela Assembleia Nacional, do Presidente NTARYAMIRA.*

10. *A infeliz tentativa de golpe de Estado, orquestrada na noite de 24 para 25 de Abril de 1994, para além de ter posto a claro, o papel perverso dos extremistas que tentam por todos os meios, entravar o processo de paz e de restabelecimento da confiança laboriosamente iniciado pelo Presidente NTARYAMIRA, reveladora da fragilidade da situação e dos perigos que pesam sobre a jovem "democracia" burundesa.*

(b) No plano da segurança:

11. *A situação suscita numerosas preocupações. Os confrontos entre as forças da ordem e uma parte da população, prosseguem em alguns bairros da cidade de Bujumbura, com o seu cortejo de mortos e deslocados. A proliferação das armas, mergulhou o país e, em particular, a cidade de Bujumbura num estado de insegurança, repleto de perigos, à medida que aumentam no seio das populações, sentimentos de desconfiança inter-étnica e de desafio ao exército. A questão do desarmamento, reveste-se de particular acuidade. A sua solução requer a justiça, dado o carácter potencialmente explosivo, da situação que prevalece actualmente.*

(c) No plano humanitário:

12. *A situação continua preocupante. A actual insegurança, além de ter freado o movimento de retorno dos refugiados que se tinham iniciado, provocou um importante fluxo de deslocados, nomeadamente, na própria cidade de Bujumbura. Esta situação corre o risco de agravar-se ao ritmo dos confrontos actuais e a medida da evolução da situação, não somente no Burundi, mas também na sub-região. A necessidade de uma assistência da Comunidade Internacional, é grande e urgente. A este respeito, seria necessário iniciar consultas com os países envolvidos e os parceiros interessados sob a égide da OUA e do ACNUR, sobre a organização logo que as condições o permitam, de uma Conferência Humanitária sub-regional, para tratar, numa perspectiva global, da questão dos refugiados e deslocados.*

Presença da OUA no Burundi

13. *A presente situação no Burundi, deixa clara a necessidade imperiosa do reforço da missão da OUA, tal como foi sublinhado pelos participantes à Cimeira Regional de Dar-es-Salaam. A esse respeito, convém indicar que, durante o período em análise, o Secretariado Geral da OUA, fez tudo para garantir uma presença efectiva da OUA através de uma Missão de Observação no Burundi (MIOB), apesar das numerosas peripécias que rodearam essa presença e de que se fez um relatório à última Sessão do Conselho. Se a missão civil está no terreno desde 17 de Dezembro de 1993, o envio da componente militar - cujos primeiros elementos chegaram ao Burundi, em Fevereiro último, foi retardado, devido à revisão do seu mandato a pedido das autoridades burundesas, entre outros motivos. Com efeito, desde a sua tomada de posse, o novo Presidente da República e o Primeiro Ministro, exprimiram o desejo de reorientar o mandato da componente militar da MIOB, tendo em conta a evolução da situação no Burundi. Esta diligência efectuada, junto do Representante Especial do Secretário-Geral da OUA, foi confirmada numa correspondência datada de 27 de Fevereiro de 1994, dirigida pelo Ministro das Relações Exteriores e da Cooperação do Burundi ao Secretário-Geral, que indicava que:*

" Com o objectivo de restabelecer a confiança entre toda a população burundesa, sem no entanto suscitar, reacções de rejeição no seio da comunidade nacional, propomos a seguinte composição:

- .- Um Estado-Maior baseado em Bujumbura, composto por cinco oficiais.*
- .- Em cada um dos seis agrupamentos militares que cobrem o conjunto do território nacional, torna-se necessário dispôr de:*
 - 1 Oficial inter-armas*
 - 1 Oficial de logística*
 - 2 Oficiais de engenharia*
 - 3 Oficiais médicos*
ou seja, um total de 47 Oficiais".

Assim, graças a essa repartição judiciosa desses Oficiais qualificados, a vertente militar da missão, contribuirá para a observação, para a obra de reconstrução, assim como para a assistência humanitária.

14. *Num comunicado publicado na sequência da sua sessão extraordinária de 11 de Março de 1994, que se realizou sob a presidência do Presidente Cyprien NTARYAMIRA, o Conselho de Ministros do Burundi, decidiu tornar operacional a Missão Internacional de Observação no Burundi. Essa decisão traduzia o consenso a que se tinha chegado, a nível do governo, do exército e dos partidos políticos em torno da nova fórmula da componente militar da MIOB.*

15. *Em 15 de Março de 1994, o Órgão Central reuniu-se em sessão extraordinária a nível de Embaixadores e, tendo em conta o pedido do governo burundês e a recomendação do Secretário-Geral, decidiu não enviar 180 oficiais e soldados, tal como tinha sido acordado anteriormente, mas sim, responder ao novo pedido do governo do Burundi, enviando apenas 47 observadores militares. Nos termos dessa decisão, a Missão da OUA no Burundi, terá no máximo uma componente civil de 20 pessoas e uma componente militar de 47 observadores militares. Os oficiais, estarão sob o comando militar do Tenente Coronel Bem Younes, da Tunísia. O Órgão Central, nessa conformidade, encarregou o Secretário-Geral da OUA, de estudar as modalidades de execução dessa decisão.*

16. *Com base nessa decisão, o Secretário-Geral da OUA, entabulou contactos com os países fornecedores, para solicitar oficiais, em conformidade com a nova missão atribuída à componente militar da MIOB. É de se felicitar a reacção espontânea e positiva dos países envolvidos, cujos oficiais chegaram ao Burundi e estarão operacionais logo que as modalidades práticas da sua deslocação ao terreno, sejam definidas em acordo com as autoridades burundesas. Contam-se actualmente 10 oficiais do Burquina-Faso, 10 do Mali, 6 do Níger, 5 da Tunísia e 1 dos Camarões, aguardando-se a chegada dos restantes 9 oficiais.*

17. *Na sequência da decisão do governo senegalês, de confiar novas missões à S.E. o Sr. Papa Louis Fall, o Secretário-Geral da OUA, aceitou desligá-lo das suas funções de Representante Especial no Burundi. O referido Embaixador, cessou as suas funções em 9 de Abril de 1994. Ele foi substituído nesse posto, por S.E. o Sr. Léandre B. Bassolé, antigo Ministro das Relações Exteriores, presentemente Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República do Burquina Faso na Côte d'Ivoire, o qual iniciou funções na Quinta-feira, 12 de Maio de 1994.*

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

1994-06-06

Report of the Secretary-General on the Situation in Burundi

Organization of African Unity

Organization of African Unity

<https://archives.au.int/handle/123456789/11103>

Downloaded from African Union Common Repository